



8º Encontro Internacional de Política Social 15º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Questão social, violência e segurança pública:
desafios e perspectivas

Vitória (ES, Brasil), 16 a 19 de novembro de 2020

Mesa Coordenada Trabalho e Precarização: Tendências em Tempos de Mundialização e Crise do Capital.

Miséria e Trabalho

César Albenes de Mendonça Cruz¹
Janice Gusmão Ferreira de Andrade²
Renato Almeida de Andrade³

Resumo: Este estudo procura compreender a intervenção do Estado no enfrentamento à miséria/pobreza no Brasil. Tal análise é realizada reconhecendo o trabalho como uma categoria fundante do mundo dos homens, sendo basilar para o entendimento do ser humano e da sua existência social, que se vê ameaçada pelas condições de miséria. Seu enfrentamento, quando feito pelo Estado, se materializa através de programas pontuais e episódicos no campo das políticas públicas e sociais. Nosso estudo apresenta o Plano Brasil Sem Miséria, sua atenção a um grupo que compõe povos de comunidades tradicionais, situados no Estado do Espírito Santo. Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental, cuja análise epistemológica está amparada no materialismo histórico-dialético.

Palavras-chave: Miséria; Trabalho; Políticas Públicas; Plano Brasil Sem Miséria; Comunidades Tradicionais.

Misery and Work

Abstract: This study seeks to understand the state's intervention in coping with misery/poverty in Brazil. This analysis is carried out recognizing work as a founding category of the world of men, being fundamental to the understanding of the human being and his social existence, which is threatened by the conditions of misery. Its confrontation, when done by the State, materializes through specific and episodic programs in the field of public and social policies. Our study presents the Brazil without Misery Plan, its attention to a group that composes peoples from traditional communities, located in the State of Espírito Santo. This is bibliographic and documentary research, whose epistemological analysis is supported by historical-dialectical materialism.

Keywords: Misery; Work; Public Policy; Brazil without Misery Plan; Traditional Communities.

1 Introdução

A crise estrutural presente no mundo capitalista e o avanço do neoliberalismo têm acirrado as contradições da questão social e imposto uma vida de martírio às populações mais vulneráveis (miseráveis/pobres). A superexploração dos trabalhadores, o desemprego, os salários degradantes, a precarização do trabalho, a redução de direitos formais e os retrocessos nas políticas públicas vêm impondo

¹ Doutor em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Professor Adjunto do curso de Mestrado Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Emescam.

² Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Professora do curso de Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Emescam

³ Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Professor Adjunto da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

numerosas perdas às relações sociais e àqueles que vivem da venda de sua força de trabalho.

Este neoliberalismo é um projeto global, dirigido pelo capital financeiro internacional. Buscando dar fim ao chamado Estado de bem-estar, passou a operacionalizar seu programa com a ajuda de lideranças políticas de vários países que implementaram, a partir de seus planos de governos (baseados em documentos e acordos com organismos internacionais - FMI, BIRD, etc.), mudanças na estrutura produtiva e política destes países, como a política de privatização que privatizou empresas estatais, serviços públicos e ampliou a desregulamentação da legislação trabalhista (ANDRADE, 2015).

Com a crise estrutural do capital e o avanço do neoliberalismo há um retrocesso das intervenções do Estado através nas políticas públicas, e os governos têm promovido mudanças nos serviços públicos, nas regulamentações da legislação trabalhista e nos projetos estatais de enfrentamento à miséria/pobreza. Na esteira do desmonte do Estado e sua desresponsabilização com o social, criam-se programas de ajuda e enfrentamento com forte apelo a solidariedade, pontuais, focalizados e até excludentes. Para enfrentamento a pobreza e desigualdade, medida por duros indicadores de renda, os programas de transferência de renda tornaram-se uma esperança para uma maioria de brasileiros que vivem à margem da riqueza social produzida. O Plano Brasil Sem Miséria foi uma tentativa de redução da pobreza na qual viviam milhões de brasileiros. O plano foi uma proposição do governo da Presidente Dilma Rousseff (2011-2016), propunha a redução da extrema pobreza (também da miséria) e a diminuição da desigualdade dentro de 4 (quatro) anos.

Para melhor compreensão da temática, aqui disposta, iremos tratar neste texto sobre algumas noções correntes e também teóricas sobre a miséria/pobreza no Brasil. O tema trabalho também será nosso foco, nos possibilitando entender como esse debate interfere no enfrentamento à miséria/pobreza pela via das políticas sociais e assim poderemos compreender a lógica da criação de programas de transferência de renda e o desenvolvimento do Plano Brasil Sem Miséria.

2 A Miséria/Pobreza no Brasil

A noção de pobreza é ampla, ambígua e supõe gradações. Embora seja uma

concepção relativa, dada a pluralidade de situações que comporta, usualmente vem sendo medida através de indicadores de renda, emprego, ao lado do acesso a bens e serviços que interferem na determinação do padrão de vida, tais como saúde, educação, transporte, moradia, pensões, entre outros.

Os critérios, ainda que não homogêneos e marcados por um viés economicista, acabam por convergir na definição de que são pobres aqueles que, de modo temporário [ou até permanentes], não têm acesso a um mínimo de bens e recursos, sendo, portanto, excluídos, em graus diferenciados, da riqueza social (YAZBEK, 2007, p. 62).

A pobreza é uma das expressões diretas das relações sociais vigentes na sociedade e, certamente, não se traduz, unicamente, às privações materiais. Ela alcança o plano espiritual, moral e político dos indivíduos submetidos aos problemas da sobrevivência. “Pobreza é muito mais que falta de comida e de habitação, é carência de direitos, de possibilidades, de esperança” (MARTINS apud YAZBEK, 2007, p. 63).

A pobreza é uma face da exploração da força de trabalho na relação estabelecida entre o capital e o trabalho, uma face da questão social, cuja emergência criou uma população “sobrante” que vive à margem do desenvolvimento e da riqueza produzida. Criou o necessitado, o desamparado e a tensão permanente da instabilidade na luta pela vida a cada dia. Implica na disseminação de diferentes formas de trabalho para se garantir o “pão de cada dia”: se traduz no trabalho clandestino, autônomo, frágeis vínculos de trabalho, dentre outros, mediante pura e simples supressão de direitos conquistados pela classe trabalhadora ao longo de décadas.

Sobre as características da pobreza brasileira concordamos com Yazbek (2007) que conclui que a pobreza brasileira se constitui de um conjunto heterogêneo de situações, cuja unidade se busca encontrar na renda limitada ou na sua ausência, na exclusão e na subalternidade dos indivíduos.

Do ponto de vista da renda, o que se evidencia é que para a grande maioria dos trabalhadores, com registro em carteira ou não, com contrato de trabalho ou de forma autônoma, predominam os baixos rendimentos e a consequente privação material daí advinda. Do ponto de vista da exclusão e da subalternidade, a experiência da pobreza constrói referências e define “um lugar no mundo”, onde a ausência de poder de mando e decisão, a privação de bens materiais e do próprio conhecimento dos

processos sociais, que explicam essa condição, ocorre simultaneamente a práticas de resistência e luta (YAZBEK, 2007).

São os membros das “classes populares”, das classes que vivem da venda de sua força de trabalho, os que constituem e sobrevivem na pobreza brasileira. Neste lugar, criam uma relação de identidade; são os que têm precário ou nulo acesso aos bens e serviços sociais públicos. Sua relação de identidade se constitui no significado da pobreza: no poder ou não de aquisição de bens e serviços que vão intervir na sua condição material e imaterial necessários para sua sobrevivência.

A promessa da sociedade burguesa de pôr fim às situações de miséria com a emergência e desenvolvimento da sociedade capitalista não alcançou a todos que engrossaram as lutas e revoluções por uma sociedade diferente do feudalismo. Ao mesmo passo em que se desenvolveu esta “nova” sociedade, se desenvolveu também a questão social. Questão social aqui entendida como efeito de uma sociedade liberal, do processo de desenvolvimento da industrialização que gerou grandes desigualdades e tensões sociais. Ela surgiu no bojo do processo de industrialização, onde o capital modificou os meios de produção para acelerar a produtividade e aumentar as taxas de lucratividade, transformando o trabalho livre em trabalho assalariado e alienado.

No contexto liberal, o pauperismo é concebido como um problema individual-pessoal, ficando a cargo da solidariedade e da caridade a responsabilidade pela intervenção social. Como se este não fizesse relação com o novo modelo de sociedade e seus meios de produção de riqueza, esta sociedade burguesa busca encobrir as contradições e mediações da relação capital e trabalho. A burguesia afirma que o pauperismo tratava-se de um problema de comportamento moral e de inadaptação individual. Em tempos atuais esta ideologia se expressa no deslocamento da responsabilidade do Estado no enfrentamento à questão social para a iniciativa privada: terceiro setor, filantropia empresarial e voluntariado.

Segundo Montaña (2012), a estratégia neoliberal orienta-se numa tripla ação. Por um lado, tem a ação estatal, as políticas sociais do Estado, orientadas para a população mais pobre (cidadão usuário) com ações focalizadas, precarizadas, regionalizadas e passíveis de clientelismo. Existe também a ação mercantil, desenvolvida pela empresa capitalista, dirigida à população consumidora, com capacidade de compra (cidadão cliente), transformando os serviços sociais em

mercadorias lucrativas. A ação do chamado terceiro setor, ou da chamada sociedade civil (organizada ou não), é orientada para assistir à população não atendida nos casos anteriores, desenvolvendo uma intervenção caritativa/filantrópica.

A estratégia neoliberal é reduzir as atenções do Estado junto às expressões da questão social, em contrapartida ao aumento de suas proteções junto às demandas do mercado e da manutenção da própria sociedade burguesa.

Na década de 1990, com as reformas neoliberais, o Brasil da “Nova República” se integrou irremediavelmente à organização do sistema de poder do capitalismo global sob hegemonia financeira. Mesmo os governos do PT (2003-2016) não conseguiram – nem tinham interesse político estratégico – de contrapor-se à dinâmica do capital financeiro global. Pelo contrário, preservaram a irremediável integração à ordem global, colocando na pauta do neodesenvolvimentismo, a inclusão social dos “pobres” (o que salientamos como sendo o “calcanhar de Aquiles” do projeto lulista na administração da ordem burguesa. Desde o golpe de 2016, com os governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-...), a burguesia retardataria (mas não retardada) apenas inverteu o sentido da integração à lógica do capital global. A classe dominante deixou de lado (ou “jogou ao mar”) as pretensões neodesenvolvimentistas de inclusão social dos pobres. Na ótica da burguesia brasileira, os pobres não cabem no orçamento. Na linha da evolução descendente do capital global em sua etapa de crise estrutural, o capitalismo periférico rebaixou-se alguns (ou muitos) degraus na escada da civilização do capital (ALVES, 2019, pp. 58-59).

3 O Trabalho

Este estudo discute sobre a miséria/pobreza, sua relação com o trabalho, com as políticas públicas e sociais estatais. Nosso estudo mostra como é possível, no sistema capitalista, uma parte da população trabalhar de sol a sol e continuar vivendo uma situação de miséria/pobreza temporária e/ou permanente. Neste item trataremos mais da temática trabalho. O homem, através do trabalho, pode modificar a si e ao mundo, tornando-se novo homem num novo mundo. Nesse processo o homem faz história (segundo Marx, n^o 18 Brumário de Luiz Bonaparte, não nas condições de sua escolha), cria e transforma a vida material.

O trabalho humano é uma mediação que humaniza o próprio ser humano⁴. Pontes (1995, p. 78) vê as mediações como sendo “expressões históricas das relações que o homem edificou com a natureza e conseqüentemente das relações sociais daí decorrentes, nas várias formações sócio-humanas que a história registrou”.

⁴ É na mediação trabalho que o homem se aproxima da natureza, transforma essa natureza e a si próprio, criando, assim, novas mediações. Como exemplo de mediação Marx coloca o trabalho como sendo o principal mediador entre o homem e a natureza e entre este e a própria sociedade.

O trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem (ENGELS, 2004, p. 11).

Para Engels (2004, p. 23) os animais só podem utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela, mas o homem, ao contrário, modifica a natureza e a obriga a servir-lhe, domina-a. Esta é, em última análise, a diferença essencial entre o homem e os demais animais, diferença que, mais uma vez, resulta do trabalho. Observando e compreendendo essas diferenças entre os homens e os outros animais é que nos possibilita a aproximação ao maior entendimento do trabalho e do ser social.

[...] O trabalho é, sempre, atividade coletiva: seu sujeito nunca é um sujeito isolado, mas sempre se insere num conjunto (maior ou menor, mais ou menos estruturado) de outros sujeitos. Essa inserção exige não só a coletivização de conhecimentos, mas, sobretudo implica convencer ou obrigar outros à realização de atividades, organizar e distribuir tarefas, estabelecer ritmos e cadências etc. – e tudo isso, além de somente ser possível com a comunicação propiciada pela linguagem articulada, não está regido ou determinado por regularidades biológicas; consequente, o caráter coletivo do trabalho não se deve a um gregarismo que tenha raízes naturais, mas, antes expressa um tipo específico de vinculação entre membros de uma espécie que já não obedece a puros determinismos orgânico-naturais. Esse caráter coletivo da atividade do trabalho é, substantivamente, aquilo que se denominará de social

Como se pode observar, portanto, o trabalho não transforma apenas a matéria natural, pela ação dos seus sujeitos, numa interação que pode ser caracterizada como o metabolismo entre sociedade e natureza. O trabalho implica mais que a relação sociedade/natureza: implica uma interação no marco da própria sociedade, afetando os seus sujeitos e a sua organização. O trabalho, através do qual o sujeito transforma a natureza (e, na medida em que é uma transformação que se realiza materialmente, trata-se de uma transformação prática), transforma também o seu sujeito: foi através do trabalho que, de grupos de primatas, surgiram os primeiros grupos humanos – numa espécie de salto que fez emergir um novo tipo de ser, distinto do ser natural (orgânico e inorgânico): o ser social. [...] o trabalho não é apenas uma atividade específica de homens em sociedade, mas é, também e ainda, o processo histórico pelo qual surgiu o ser desses homens, o ser social (NETTO; BRAZ, 2008, p. 34).

A exploração do trabalhador que vive da venda de sua força de trabalho é uma realidade presente no Brasil e no mundo. Nos países mais pobres e nos países mais ricos a verdade é uma só: pobreza, miséria, riqueza e desenvolvimento são faces da mesma moeda do capital. Poucos vivem de sua riqueza privada e a maioria vive de sua pobreza privada.

A presença de bolsões de pobreza no coração do “Primeiro Mundo”, através

da brutal exclusão social, das explosivas taxas de desemprego estrutural, da eliminação de inúmeras profissões no interior do mundo do trabalho em decorrência do incremento tecnológico voltado centralmente para a criação de valores de troca, as formas intensificadas de precarização do trabalho, são apenas alguns dos exemplos mais gritantes das barreiras sociais que obstam, sob o capitalismo, a busca de uma vida cheia de sentido e emancipada, para o ser social que trabalha. Isso para não falar do Terceiro Mundo, onde se encontra 2/3 da força humana que trabalha em condições ainda muito mais precarizadas (ANTUNES, 2006, p. 189).

Ao discutirmos sobre miséria e trabalho, pensamos no enfrentamento que o Estado faz nestas áreas por meio das políticas públicas, podemos pensá-las como um fenômeno associado à emergência da ordem burguesa, diga-se, ao modo de produção e reprodução social capitalista. O Estado, fiel depositário da incumbência superestrutural da reprodução do próprio capitalismo⁵, é peça importante na resposta às demandas ocasionadas pelo reconhecimento da questão social (hipertrofiada no decurso da história da sociedade burguesa). Essas respostas já se alinharam em um sistema político-econômico liberal, em que o mercado e o individualismo imperavam no trato com a questão social, direcionando as políticas sociais a um patamar mínimo.

Com as crises cíclicas inerentes ao próprio Sistema, o liberalismo entrou em crise e o capitalismo reorganizou-se em volta do chamado “Pacto Keynesiano”, este que ampliou o poder do Estado nas economias capitalistas - para além de um capitalista total ideal - tornando-o um dos capitalistas totais reais (empresário e monopolista). Depois de mais uma crise do capital, (agora estrutural) este vem se reestruturando (neoliberalismo ...) em sua base material (produção, globalização ...) e também na sua superestrutura (voluntariado, parcerias, terceiro setor, solidariedade, etc.), o que evidencia o porquê das mudanças ocorridas em relação a intervenção das políticas estatais.

As políticas públicas enquadram-se precisamente entre os meios ou recursos empregados pelo Estado capitalista para efetivar, legitimar e/ou “naturalizar” a dominação das classes trabalhadoras ao nível da superestrutura jurídico-política-ideológica e da infraestrutura socioeconômica do sistema. Ao examinar a essência tanto do Estado capitalista quanto das Políticas Públicas, observar-se-á mais claramente como esses elementos fazem parte de uma única e contraditória totalidade concreta passível de ser apreendida.

⁵ Capitalista total ideal, Cf. Mandel, O Capitalismo Tardio, 1985.

4 O enfrentamento à miséria/pobreza no Brasil pela via das Políticas Públicas

Antes de entrarmos na discussão sobre o advento das Políticas Públicas no Brasil, precisamos pontuar que as políticas públicas nascem no capitalismo, mediadas pela luta de classes, do confronto direto entre a burguesia e o proletariado, e portanto se configuram como o resultado da disputa do aparelho do Estado para a realização de seus interesses e necessidades.

Da realidade de exploração do trabalho e da acumulação privada da produção social é que surge a desigualdade social nas suas múltiplas formas, que levam os trabalhadores a se organizarem e pressionarem o Estado e os capitalistas por melhoria nas suas condições de trabalho e de vida. Neste sentido, a luta por políticas públicas, do ponto de vista da classe trabalhadora, se configura numa luta por reformas na sociedade capitalista visando minimizar as expressões da questão social, mas não conseguindo eliminá-la, pois isso é impossível nos marcos desta forma de metabolismo social: a sociedade burguesa.

Por isso, a luta por políticas públicas se coloca no campo das reformas na perspectiva dos trabalhadores, no sentido de minorar seus sofrimentos, melhorando ainda que momentaneamente, suas condições de vida sob o capitalismo. Isso só é possível pela organização e luta dos trabalhadores, e quando estes estão bem organizados e mobilizados; é possível avançar em algumas conquistas. Mas estas conquistas, que se materializam em políticas públicas, são momentâneas, duram um tempo, pois tão logo o capital se organize e imponha derrotas ao proletariado, estas conquistas podem ser retiradas.

É o que vemos na realidade brasileira ao longo de sua história, uma “conquista de direitos” que não ameaça os fundamentos estruturais do capitalismo brasileiro, e que pelo contrário, quando são efetivados levam a classe trabalhadora a ser cooptada pela lógica do capital e a se conformar com a ordem burguesa de dependência e subordinação estrutural aos interesses internacionais.

Somente com a Constituição de 1988, segundo diversos autores, podemos dizer que de fato passamos a ter Políticas Públicas pra valer com caráter universal e

acessível a todos os brasileiros como a Saúde e a Educação, só para citar as duas que tem percentuais definidos de gastos na esfera federal, estadual e municipal. As demais não seguiram o mesmo caminho e acabam ficando ao bel prazer dos governantes, quanto a aplicação dos recursos. Mesmo se considerarmos que a Constituição de 1988 foi um “avanço” em relação ao que existia antes, ela só garantiu direitos sociais e políticas públicas porque foram o resultado de um longo processo de luta, de luta de classes, desde o final da ditadura militar, com as grandes greves do ABC e de outros centros operários do país, a partir de 1978, e da retomada dos movimentos sindicais e populares durante toda a década de 1980 do século XX.

Em outras palavras, “os avanços” em termos de proteção ao trabalho e as políticas públicas são o resultado da luta, da mobilização e da organização dos trabalhadores e outros setores, inclusive da classe média. Mas mesmo se considerarmos a CF de 1988 como um “avanço”, ela logo sofrerá um boicote com a implantação do neoliberalismo aplicado com os governos de Fernando Collor de Melo, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso (de 1990 a 2002). A partir do Governo Lula veremos os “direitos sociais” sendo implementados, mas após o impeachment da Presidente Dilma Rousseff e a posse de Michel Temer esses serão destruídos, haja vista a Reforma Trabalhista. Com a ascensão de Jair Bolsonaro retomamos as teses neoliberais e a intensificação da destruição das políticas públicas existentes desde a CF de 1988, como exemplo a Reforma da Previdência e outras que ainda estão por vir.

Ainda persistem no Brasil o problema da desigualdade social, provocada pela concentração da riqueza, pela concentração da terra, pela super exploração dos trabalhadores e pelo saque aos cofres públicos pela burguesia brasileira aliada ao imperialismo norte-americano. Nesse sentido, miséria e pobreza são condições estruturais no Brasil, e por isso as políticas públicas têm sido muito insipientes, quando não ineficazes, em minimizá-las.

5 A proposta do Plano Brasil Sem Miséria

O Plano Brasil Sem Miséria foi um programa de enfrentamento e redução da miséria/pobreza e diminuição da desigualdade implementado no governo da Presidente Dilma Rousseff. Este incorporou o Programa Bolsa Família (PBF), uniu e articulou os eixos garantia de renda, acesso a serviços, inclusão produtiva e geração de

renda. O Programa Bolsa Família, como programa de redução da pobreza, obteve resultados positivos na primeira década do século XXI, se tornando uma das referências internacionais dentre os programas de transferência de renda existentes no mundo.

A proposta de superação da extrema pobreza no Brasil chegou a ser o carro chefe de campanha presidencial para as eleições de 2010 e de 2014. Tal proposta criou expectativas e esperança para milhões de brasileiros que depositaram sua confiança no governo eleito nos dois pleitos. Ora, se as diversas questões advindas da pauperização são provocadas pela emergência e desenvolvimento da sociedade capitalista, como será possível extingui-lo sem mudar tal sistema? E como fazê-lo dentro de um mandato eletivo, ou seja 4 (quatro) anos? Foram estas algumas das questões que fundamentaram este estudo que passou a observar parte da sociedade que vive, em grau maior, à margem da atenção das políticas públicas: os povos de comunidades tradicionais. O Plano Brasil Sem Miséria retirou da extrema pobreza 22 milhões de brasileiros entre 2011 e 2014. Deste total, 1,38 milhão de famílias foram encontrados na Busca Ativa e imediatamente incluídos no Programa Bolsa Família, até então estavam invisíveis às políticas sociais⁶.

A Busca Ativa está implícita na proposta dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Entretanto, a defasagem de profissionais, a precariedade da política, as dificuldades diversas no atendimento, a falta de capacidade para atender a demanda, seja pela escassez de recursos, seja pela ineficiência da própria gestão dos serviços deixou a Busca Ativa em segundo plano. A prioridade do atendimento foi dada para aquele que conseguiu chegar até um CRAS, um Centro de Referência Especializado da Assistência Social CREAS, chegar até a um posto de saúde, até a secretaria de uma escola ou mesmo a uma entidade do chamado terceiro setor.

Decidimos ainda, observar sua implementação junto aos descendentes de imigrantes pomeranos de Estado do Espírito Santo. Estes descendentes, embora nascidos no Brasil, alguns ainda não falam o idioma português. São descendentes de um país que não mais existe: a antiga Pomerânia, e que sofrem todo impacto de um povo que perdeu conexão com suas origens. Observando o cotidiano dos descendentes

⁶Dados extraídos da Cartilha cuja referência é: Plano Brasil Sem Miséria: Caderno de resultados 2011-2014 e BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O Brasil sem miséria / Organizadores: Tereza Campello, Tiago Falcão, Patrícia Vieira da Costa. – Brasília: MDS, 2014.

de pomeranos, verifica-se que o trabalho ocupa posição de grande importância, sendo “o ponto central” em sua rotina diária. Existe o desejo de trabalhar continuamente mesmo quando já aposentado ou em licença maternidade. Tendo por base a pesquisa realizada por Fehlberg e Menandro (2011), constata-se que para as famílias descendentes de pomeranos, que residem na zona rural do município de Santa Maria de Jetibá (ES):

[...] o trabalho é exacerbado e valorizado como objetivo principal, em detrimento de outros valores apregoados pela sociedade de consumo, que incentiva, primordialmente, a valorização da novidade associada com a busca de prazeres imediatos, ofertados em uma espécie de varejo individualista. Dadalto (2006) argumenta que o próprio crescimento econômico desse grupo baseou-se na especificidade da estrutura familiar em que a família é ao mesmo tempo produtora e consumidora.

Tentamos desenvolver a compreensão deste processo e fazer uma análise crítica da forma e momento em que o plano foi proposto. Foi imprescindível analisá-lo como parte de um projeto maior, dentro da conjuntura mundial de economia mundializada e de crise do capital e reconhecê-lo como um fenômeno (contra) hegemônico aos interesses do capital (muito embora também contribua para a manutenção do sistema, visto que mantém o “status quo”), sem perder de vista a magnitude dos programas de transferência de renda e seus antagonismos como estratégia de enfrentamento às expressões da questão social.

As comunidades tradicionais, a partir do Decreto nº 6040, de 07 de fevereiro de 2007, foram entendidas como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais. Possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Sua principal atividade de trabalho, no universo observado, se dá no uso da terra, no campo, voltado ao regime de agricultura familiar. Os despossuídos de terras mantêm vínculos de trabalho como meeiros ou com vínculos de trabalho, muitas vezes, informais que não lhes assegura direitos trabalhistas ou previdenciários. Os novos meios de produção levaram para o campo máquinas e toda tecnologia substituidora da força de trabalho do camponês, expulsando-o da terra e, muitas vezes, substituindo o trabalho de famílias inteiras.

Nossos estudos revelam que os membros das comunidades tradicionais são vítimas da exploração sociocultural desde a colonização. As comunidades tradicionais sempre sofreram com o processo histórico de exploração sociocultural que foi construído como uma trágica herança cultural, de um povo que foi colonizado, foi escravizado e foi transformado em servidor dos donos do poder.

A partir dos estudos realizados, é possível afirmar que com o Plano Brasil Sem Miséria e alguns programas de transferência de renda, com foco no combate à miséria, à pobreza e, conseqüentemente, a desigualdade social⁷, contribuíram para a melhoria da qualidade de vida da população mais miserável/pobre na cidade de Santa Maria de Jetibá e em especial junto aos pomeranos, povos de comunidades tradicionais. A transferência de renda (única proteção garantida para a família) é fundamental para esses grupos visto que grande parte deles não possui uma renda mensal fixa, ou seja, só recebem na época da colheita.

Reiteramos o que outros trabalhos já afirmaram: a impossibilidade de erradicar a extrema pobreza nos marcos do capitalismo. A pobreza é parte integrante desse sistema perverso de exploração do homem pelo homem. Os programas de redução da pobreza contribuem com as estratégias da própria ofensiva neoliberal para reduzir o conflito, evitando os levantes sociais, postergando as lutas dos trabalhadores, minando a ideia de luta de classes. Entretanto, se constituem em canais importantes para formar e informar cidadãos sobre seus direitos e da importância de engrossar a luta por transformações, por uma sociedade mais justa e igualitária.

Apesar disso, é importante assinalar que esses programas de transferência de renda atenuam (ou minimizam) algumas condições negativas e imediatas da vida cotidiana na pobreza e são canais potenciais para proporcionar que esta população sobreviva a possa acessar bens e serviços disponíveis. O plano trouxe a oportunidade de aquisição de mercadorias como a compra de alimentos e material escolar para as crianças frequentarem a escola; ele serviu de estímulo para a matrícula na escola, vacinação e acompanhamento nutricional, mesmo que de forma forçosa, estabelecidos como critérios do programa.

⁷ “Embora essa incursão venha propiciando maior visibilidade da pobreza, as determinações estruturais geradoras da pobreza e da desigualdade social são desconsideradas [...] sendo instituída a ilusão de que o problema da pobreza será resolvido pela política social” (SILVA, 2014, p. 147).

O caráter focalizado do plano merece debate. Entretanto, seu caráter focalizado, contribuiu para que 22 milhões de famílias fossem encontradas pelos registros nacionais se considerarmos a força tarefa estruturada para encontrar as famílias em situação de extrema pobreza.

No início do plano, para o Cadastro Único Nacional existiam apenas 4 grupos de comunidades tradicionais, não havendo espaço para esta comunidade. A mesma era registrada como “agricultura familiar”. Pesquisas como a nossa, sinalizaram ao CadÚnico a necessidade do reconhecimento de mais comunidades tradicionais. Ao final do programa registrou-se mais de 12 comunidades tradicionais no Brasil.

Esperamos contribuir com o desenvolvimento das populações tradicionais, na promoção do desenvolvimento sustentável, no combate à pobreza, na promoção da inclusão social, na consolidação do Plano Nacional de Desenvolvimento Humano, na efetivação do SUAS, na democratização do acesso aos bens e serviços socioassistenciais. Nesta trama social, aqueles que atuam como executores das políticas sociais precisam ser estratégicos, dinâmicos e criativos. É preciso contribuir para que, aqueles que necessitam acessar a política pública e social brasileira para sua sobrevivência, tenham seu acesso garantido.

Considerações Finais

A problemática da miséria/pobreza, tão recorrente em nossos dias explicita a realidade de um grande número de pessoas que convivem com a tragédia da falta de emprego ou vivem com emprego precário. Muito ainda há de se fazer para solucionar o problema da miséria/pobreza, do desemprego ou emprego precário. As políticas públicas têm sido pensadas para melhorar a segurança social e reduzir essas dificuldades de parte da população, mas há muito para ser planejado visando solucionar as desesperadas necessidades desses brasileiros que esperam viver numa sociedade mais equânime. Na sociedade capitalista quase tudo é mercadoria, assim quem não tem emprego, não tem salário, logo não tem como adquirir o básico para sua sobrevivência e de sua família.

[...] percebemos o quanto o movimento do capital é destrutivo, o quanto ele destrói as relações de trabalho e as conquistas e direitos da classe trabalhadora ao longo da história da sociedade capitalista. O movimento do capital por mais exploração do trabalho e por mais acumulação de riquezas submete os próprios capitalistas ao seu movimento incessante de mais lucro,

o que leva ao processo de fusões e incorporações e a construção de grandes monopólios mundiais de poucas empresas. Portanto o movimento de acumulação do capital leva à destruição de diversas empresas capitalistas que não conseguem competir nos mercados nacionais e globais, acirrando o desemprego em todo o mundo. Como consequência deste movimento, o capital exige uma nova configuração dos Estados Nacionais, propondo medidas pró-mercado, destruindo políticas públicas que beneficiam a sociedade e os trabalhadores, para assaltar o fundo público e tentar compensar sua queda nas taxas de lucro (CRUZ; TEIXEIRA, 2019, pp. 171-172).

No período do governo Lula, os índices mostraram uma melhoria na qualidade de vida da população brasileira. Ocorreu um crescimento na distribuição dos rendimentos. Houve, também, o aumento da classe C e do salário mínimo real. O crédito melhorou para as famílias em geral, porém, o endividamento e comprometimento da renda das famílias também aumentaram. A taxa de desemprego caiu de mais de 11% para menos de 6% de 2003 a 2012.

Concordamos com as teses que tratam a miséria/pobreza como um fenômeno multidimensional que ultrapassa a questão monetária, que são do Banco Mundial (Amartya Sen). A extrema pobreza se manifesta de múltiplas formas, para além da insuficiência de renda. Ela se expressa também na insegurança alimentar e nutricional, na baixa escolaridade, na pouca ou nula qualificação profissional, na fragilidade de inserção no mundo do trabalho, no acesso precário à água, à energia elétrica, no acesso a serviços públicos de saúde, de educação, de assistência social, de moradia, de cultura e organização de grupos identitários, localização geográfica etc.

O Plano Brasil Sem Miséria atuou juntos aos agricultores, na área rural, e trouxe diversos programas para trabalhar com as famílias da área urbana. Preocupou-se com os grupos mais marginais da sociedade: os grupos que não haviam sido inseridos no Cadastro Único, isso significa dizer que muitas famílias estavam na invisibilidade das políticas públicas e sociais. Por mais contraditório que possa ser a existência destes programas focalizados e episódicos, estes são importantes para a população de baixa ou nula renda, podendo ainda, se constituir numa importante ferramenta para formar consciência de classe.

Referências

ALVES, Giovanni. Neodesenvolvimentismo, Estado Neoliberal e o Colapso da "Nova República" no Brasil (2003-2018). In: ANDRADE, Renato Almeida de; CRUZ, César Albenes de Mendonça (Orgs.). **Trabalho e políticas públicas**. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

ANDRADE, Renato Almeida de. **Serviço Social, gestão e terceiro setor**. São Paulo: Saraiva, 2015.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

CRUZ, César Albenes de Mendonça; TEIXEIRA, Janine Vieira. A Crise do Capital e a Contrarreforma do Estado no Brasil. In: ANDRADE, Renato Almeida de; CRUZ, César Albenes de Mendonça (Orgs.). **Trabalho e políticas públicas**. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, Ricardo (Org.) **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FEHLBERG, Jamily; MENANDRO, Paulo Rogério Meira. **Terra, família e trabalho entre descendentes de pomeranos no Espírito Santo**. Vitória: Programa de Pós-Graduação em Psicologia/UFES, 2011.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural (Coleção Os economistas), 1985.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Louis Bonaparte. In: **Karl Marx**: Os pensadores (vol. II). São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MONTAÑO, Carlos. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. **Revista Serviço Social e Sociedade**, Cortez: São Paulo, n. 110, p. 270-287, 2012.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**. São Paulo: Cortez; Belém: Universidade da Amazônia, 1995.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. (Coord.); LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada. **Avaliando o Bolsa Família**: unificação, focalização e impactos. São Paulo: Cortez, 2014.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.